

GLOBALIZAÇÃO E PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO

VI ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMISTAS

De 9 a 13 de fevereiro de 2004 – Palácio das Convenções

Havana – Cuba

BLOCO TEMÁTICO

Os desafios da competitividade para os países em desenvolvimento. Papel das empresas transnacionais.

**Países em Desenvolvimento: o Dilema entre a Competitividade
atrelada às Empresas Transnacionais e um Projeto Nacional
Tecnológico e de Mercado**

Roberto Holguin

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 2004.

GLOBALIZAÇÃO E PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO

VI ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMISTAS

De 9 a 13 de fevereiro de 2004 – Palácio das Convenções

Havana – Cuba

BLOCO TEMÁTICO

Os desafios da competitividade para os países em desenvolvimento. Papel das empresas transnacionais.

Países em Desenvolvimento: o Dilema entre a Competitividade atrelada às Empresas Transnacionais e um Projeto Nacional Tecnológico e de Mercado

I. Introdução

Analisaremos a situação dos países do Terceiro Mundo ante à globalização comandada pelas empresas transnacionais. Mostraremos como estas empresas exercem um domínio de mercado quase que absoluto, alienando estas economias de tal forma que hoje podemos dizer que é quase impossível, a curto e médio prazos, terem capacidade de desenvolver tecnologia e um mercado interno e externo que lhes permita iniciar um processo de independência tecnológica e de alocação de bens e serviços, de maneira que acrescente retornos sociais para suas organizações nacionais.

Tomaremos como parâmetros comparativos alguns países das economias dominantes e alguns das economias em desenvolvimento como o Brasil, China e Índia, como uma forma de chamar a atenção para as características comuns e para aquelas que assinalam a identidade própria das diferenças destas economias sociais.

Dentro da realidade histórica destas organizações sociais, desenharemos algumas propostas de desenvolvimento econômico e social como forma de dar início ou de reverter esta inércia estrutural.

II. Globalização: A Questão Geopolítica e a Questão Geoeconômica

O domínio das empresas transnacionais globalizadas está apoiado na questão geoeconômica, ou seja, na ocupação dos mercados através do mundo pela suposta preposição da negociação do acordo do conceito de consenso que os centros industrializados conseguiram impor às chamadas economias em desenvolvimento. A questão geoeconômica surge com força após a 2ª. Guerra Mundial, quando os países europeus, sob o manto do Plano Marshall, no início representado pela França e pela Alemanha, firmaram um acordo de cooperação econômica apoiado na unificação dos mercados siderúrgicos como uma maneira de integrar em uma primeira fase este setor da economia destes países. Isto acontece em maio de 1950, quando o espaço econômico germano-francês permitiu a livre circulação de minério de ferro, carvão, sucata, ferro, aço e seus derivados protegidos pelos mesmos direitos alfandegários dos dois países. O êxito da proposta foi tal que, em abril de 1951, se constituiu a Comunidade Econômica do Carvão e do Aço, na qual participavam não só a Alemanha e a França como também, a Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Em setembro de 1955, o Reino Unido também se associa e, três anos depois, o mercado de ferro e carvão funcionava na sua plenitude e total capacidade. Em função deste exitoso acordo, os membros acordaram formar uma Comunidade Econômica Européia e para tal firmaram o Tratado de Roma, de 25 de março de 1957. Não importaram as diferenças de língua e religião; se superaram os ódios ancestrais acumulados em guerras seculares e se deixaram de lado as tradicionais disputas territoriais.

Aos seis países fundadores se uniram tantas outras nações e se constituiu a Europa dos doze, com a Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal e Reino Unido. A **lei dos espaços econômicos crescentes** se cumpriu a tal ponto que, em 2 de maio de 1992, se instaurou no Porto, Portugal, a União Européia, com os doze países assinalados e os sete da Associação Européia de Livre Comércio: Áustria, Finlândia, Suécia, Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein.

Pelo Acordo de Maastricht, firmado em 10 de dezembro de 1991, se assume o compromisso de criar uma moeda comum, estabelecer um Banco Central Comunitário, assim como unificar as políticas de defesa e de relações exteriores, fatos hoje consumados com as ressalvas e divergências entre os próprios países membros, como o caso da Inglaterra, que não abre mão da libra esterlina como moeda de troca. O Euro, moeda em circulação na União Européia, veio e conseguiu se impor definitivamente na Comunidade. A questão das relações exteriores, com certeza é - e será durante muito tempo - um fator complicador para a integração econômica e político-militar da união dos países do Velho Continente.

Este êxito da União Européia foi o reflexo para a formação de outros blocos econômicos regionais, como Mercosul, Nafta, o Bloco dos Países Andinos, o Bloco formado no Pacífico pelos países asiáticos, onde o Japão exerce grande influência econômica.

O conceito de geoeconomia trata do que se pode criar com a integração de vários espaços econômicos nacionais, a possibilidade de transformar os espaços econômicos afins em um espaço econômico integrado, em um grande espaço econômico vital, ou seja, a união econômica e político-militar como fruto do consenso, diferente da questão geopolítica que se apóia na definição de Friedrich Ratzel, geógrafo e naturalista, nascido em 1844, na capital do então Grande Ducado de Baden, Alemanha, para o qual o espaço vital de cada país deveria ter o tamanho suficiente para satisfazer as demandas nacionais de matérias-primas e alimentos; do sueco Rudolf Kjellén, nascido em 1864, na cidade de Torso, que em seu livro “O Estado como Ser Vivo” defende a concepção de que o Estado nasce, cresce e morre enquanto ser vivente; idéia que teve uma calorosa recepção na Alemanha, especialmente entre os membros do Estado Maior do Exército, chamando, notadamente, a atenção para a idéia de que o Estado possui forças superiores as dos seres humanos que o formam. Kjellén cunha o termo *geopolitik*, um dos cinco aspectos de seu sistema coordenado de política. Um terceiro autor, Sir Halford John Mackinder, nascido em 1861 na cidade de Gainsborough, Inglaterra, formado em 1883 na Universidade de Oxford, em Ciências Naturais e, posteriormente, em História Moderna, publica, em 1904,

um trabalho na Real Sociedade de Geografia sobre o papel do fator geográfico na História. Neste ensaio desenvolve a idéia do coração terrestre formado, segundo ele, pela região da Ásia e o leste da Europa, o que foi mais ou menos depois a União Soviética. Tal espaço era parte da ilha mundial, vale dizer, o Velho Mundo. Ao redor do coração terrestre, as terras marginais da Eurásia e uma cadeia de ilhas formam com a América o arco insular exterior, que foi a base das potências marítimas. O poder terrestre se fortaleceu com o desenvolvimento da Sibéria, o avanço das estradas de ferro e, em geral, a mecanização do transporte. O segundo poder superava o primeiro. Mackinder faleceu em 1947, quando se fechou a cortina de ferro e havia surgido um terceiro poder, o aéreo.

Karl Haushofer, general do Estado Maior alemão, assimilou as idéias dos três autores e elaborou o seu conceito de geopolítica, o que definiu como “a ciência que trata da dependência dos fatos políticos frente aos fatores geográficos”, vale dizer, a maneira em que o meio geográfico determina as ações dos grupos políticos. Haushofer nasceu em Munique, Baviera, em 1869. Após cursar a carreira militar, em 1911, se doutorou em geografia, na Universidade de Munique, com uma tese sobre o Japão, onde esteve como representante militar. Após a derrota alemã, em 1918, retorna à sua cidade natal e no ano seguinte ingressa na universidade local como professor de História Militar e de Geografia Política. De Mackinder tomou o conceito de “coração terrestre”; de Ratzel, o de “espaço vital” e “lei do crescimento espacial dos estados” e de Kjellén, o conceito de “geopolítica”, a concepção de autarquia e a idéia de que o Estado é um organismo vivo. Na Universidade de Munique criou um instituto de geopolítica, que desde 1924 passou a editar uma modesta revista (*Zeitschrift für Geopolitik*), cujo primeiro número incluiu um artigo de Haushofer sobre a “Lei dos Espaços Crescentes”.

O general geógrafo, junto com alguns companheiros de armas, se dedicaram a buscar formas de burlar o Tratado de Versalhes que permitia a Alemanha ter um exército de até cem mil homens. Assim puderam criar uma gigantesca academia militar que preparou oficiais e tropas para a revanche. O exército soviético, ao que proporcionavam assistência técnica, lhes serviu como instrumento para realizar práticas militares e experimentar novas armas. Haushofer e seus seguidores advertiram que a luta pelo espaço vital de um estado

entra em conflito com os espaços vitais dos estados circunvizinhos, o que conduz a guerra, a geopolítica da guerra, a geoestratégia. O triângulo formado por Haushofer, Rudolf Hess e Adolf Hitler fica patente no livro “Minha Luta”, que Hitler ditou na prisão à Hess, recebendo visitas periódicas de Haushofer, cuja geopolítica se reflete no texto de “Minha Luta”.

A ascensão e queda do Terceiro Reich são conhecidas de todos nós e, como foi narrado aqui, teve sua ideologia político-militar inspirada na questão geopolítica, ou seja, na expansão das fronteiras nacionais em cima das outras organizações nacionais circunvizinhas.

III. Inserção dos Países do Terceiro Mundo na Globalização Comandada pelas Empresas Transnacionais

Quando falamos nos países do terceiro mundo nos referimos aos países localizados na América Latina, África e Ásia, que são aqueles cuja estrutura social apresenta uma defasagem enorme em relação aos países industrializados – EUA, Alemanha, Inglaterra, França, Países Baixos, Países Escandinavos, além, lógico, do Japão, Tigres Asiáticos e Austrália, para citar os principais. Afirmamos aqui que a estrutura social apresenta uma grande defasagem, pois nesses países, tanto sua infraestrutura econômica quanto sua superestrutura social, quantitativa e qualitativamente, se encontram em estágios aquém dos apresentados pelos países centrais. A História nos mostra que países como a Inglaterra, com sua revolução política do Século XVII e revolução industrial do Século XVIII, e a França, com sua revolução política e social de 1789 e a expansão dessas idéias humanísticas e liberais pela Europa toda, inclusive, América do Norte e América Latina, criaram as bases para desenvolver e dominar as forças produtivas e de suas relações de produção ou forma de propriedade ou forma de repartição, que lhes permitiram organizar suas sociedades política, jurídica e eticamente dentro de uma filosofia adequada aos momentos contemporâneos correspondentes.

Falando especificamente da América Latina, consideraremos os países hispânicos e o Brasil, como representante da ascendência lusitana, como uma forma de centralizar a nossa análise, o que nos permitirá depois estendê-la aos outros continentes, cujas estruturas nacionais também se encontram aquém da realidade histórica do momento.

A partir do Século XV, os países ibéricos – Espanha e Portugal – se lançaram ao mar abrindo novos horizontes geográficos e nacionais, como foram os casos do descobrimento da América, novos caminhos para chegar ao Extremo Oriente e, inclusive, conseguir a navegação através do globo terrestre. A estes países se juntaram, também, Inglaterra, França e Holanda, o que permitiu que aqueles e estes países europeus fincassem colônias além mar, o que foi a base do crescimento econômico e político da Inglaterra, França e Holanda, do Século XV ao início do Século XX.

A Inglaterra sobressai como potência marítima, militar e econômica, pois consegue fundar colônias em praticamente todos os continentes, poderio esse que sustenta até a primeira guerra mundial do Século XX, quando a sua antiga colônia – os Estados Unidos da América – começa a despontar com seu poder hegemônico na Europa e América Latina, o qual implementa, com toda a força e contundência, após a segunda Guerra Mundial. A tecnologia desenvolvida durante essas duas guerras do Século XX que, na visão de Eric Hobsbawm, é parte de um todo, ou seja, que o Século XX teve uma guerra mundial única, permitiram produzir excedentes às potências industrializadas como: Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, que depois iriam ser alocados nas estruturas nacionais dos países em desenvolvimento.

Após a segunda guerra mundial, os Estados Unidos – que já tinham passado pelo *crash* da Bolsa de Valores em 1929, tinham implementado o New Deal, por Franklin Delano Roosevelt, inspirado nas idéias de Lord Keynes, por sua vez inspirado nas idéias de políticas públicas da revolução soviética – fazem a intervenção na economia liberal via Estado Nacional, ou seja, são feitos investimentos maciços nos três setores da economia seguindo as diretrizes determinadas pelo estado interventor. O Estado Nacional surge novamente fortalecido dentro de um novo contexto histórico diferente da formação do

Estado Nacional da Europa na época do Mercantilismo. Este modelo Keynesiano prevalece nos Estados Unidos, na Europa, na América Latina e em alguns países asiáticos como o Japão, Coreia do Norte, Formosa e a cidade chinesa de Hong Kong até o começo da década de setenta, quando este modelo consumista, apoiado no automóvel, na geladeira, na televisão, na máquina de lavar roupa, no avião, nos iates, nos shoppings, especialmente nos Estados Unidos e Europa, entra em declínio, pois seu ciclo de expansão tinha atingido seu clímax entrando em recessão.

.

É importante assinalar que todas essas revoluções industriais acontecidas na Europa, Estados Unidos, na Europa, novamente após o Plano Marshall, no Japão e nos Tigres Asiáticos, são frutos da implementação de um ensino de base bem estruturado, de um ensino universitário dentro da realidade geoeconômica e geopolítica do país, que lhe permita pesquisar e desenvolver ciência e tecnologia, assim como implementar políticas de apropriação de bens e serviços na sua organização social acompanhadas de teorias sócio-econômicas, sócio-políticas e sócio-culturais, de acordo com o momento histórico vivido, sem esquecer a questão militar, como mostraram o poder hegemônico da Inglaterra, dos Estados Unidos, da antiga União Soviética e hoje a China, despontando como uma nova organização sócio-econômica e político-militar nesse novo milênio.

Já nos casos de países como o Brasil, Argentina e México, para citar os principais da América Latina, estes não souberam até hoje superar esse seu passado ibérico de carências em políticas públicas, como forma de desenvolver sua economia política e que a mesma se distribua de forma mais justa na sociedade civil. No caso específico do Brasil, a metrópole portuguesa sempre procurou atrasar a implementação do ensino universitário como uma forma ou mecanismo de controle social; portanto, quem quisesse estudar medicina ou direito, deveria se transferir para a Europa. A universidade no Brasil sempre esteve defasada comparativamente com a América Hispânica, onde as universidades se multiplicaram em grande quantidade com a independência da metrópole espanhola.

Resumindo o porque da dependência da América Latina, poderíamos dizer que faltou uma revolução industrial nos seus meios de produção, na qualificação de sua força de trabalho e que a forma de repartição ou relações de produção, visto que pouco tinha a

distribuir, sempre foi insuficiente para satisfazer as necessidades de seu povo, situação hoje mais dramática em função da globalização da década de noventa em diante.

Analisaremos, agora, os mecanismos do capitalismo sob o véu da globalização, com sua dinâmica feroz e predatória que acarreta uma dupla contradição, de acumulação e concentração, de um lado, e de proletarização e pauperização, de outro, ou seja, riqueza para uns poucos e miséria para a grande maioria. Para tanto, faremos (i) uma análise da visão capitalista com uma breve descrição das cinco forças que determinam a concorrência no mercado e (ii) dentro da visão marxista explicaremos os mecanismos dos ciclos de expansão e retração do sistema.

(i) Análise da Visão Capitalista

No contexto até aqui descrito, os países do terceiro mundo ou em desenvolvimento, a curto e a médio prazos, dificilmente conseguirão desenvolver tecnologia e ter um mercado interno e externo que lhes permita obter retornos sociais para suas organizações nacionais. Dentro da visão capitalista, segundo Michael Porter, as forças que dirigem a concorrência na indústria (concorrentes existentes na indústria, entrantes em potencial, produtos ou serviços substitutos, fornecedores com poder de negociação e compradores com poder de negociação) devem ser identificadas e analisadas de tal forma que as empresas concorrentes consigam obter taxas de retorno satisfatórias aos empreendimentos industriais, tanto nas áreas nacionais quanto nas internacionais.

No caso do Brasil, após o processo de desnacionalização dos anos noventa, dos três setores da economia, o País ficou com seu processo produtivo engessado, visto que perdeu o controle dos processos produtivos e administrativos, seu modelo de acumulação aumentou sua desnacionalização, os centros de pesquisa e desenvolvimento, que já eram poucos, foram fechados em sua grande maioria e a interação entre universidade, empresas produtivas e sociedade ficou cada vez mais desestruturado. Essa interação entre as cinco forças que dirigem a concorrência, ou seja, as indústrias existentes no mercado, entrantes potenciais, produtos substitutos, fornecedores e compradores, permitiu que as indústrias

criassem monopólios e oligopólios, impondo aos fornecedores e compradores as condições que eles bem entendessem e achassem; caso da indústria automobilística, da indústria siderúrgica, da mineração, do leite e derivados, para citar alguns exemplos, e também impedindo que o mercado abrisse as portas para novos entrantes ou que surgissem novos produtos substitutos. Esses mesmos mecanismos também se apresentaram atrofiados no caso dos setores elétrico, de comunicação e de transporte, onde houve a transferência desses monopólios estatais para a iniciativa privada, sem que houvesse o cumprimento, por parte dos novos administradores, da contrapartida na melhoria dos serviços e novos investimentos, não esquecendo que em muitos casos essa transferência para o setor privado foi feita com financiamento do dinheiro público.

Portanto, no caso dos potenciais entrantes se torna quase desnecessário falar em barreiras à entrada com suas seis fontes principais (economias de escala, diferenciação de produto, necessidade de capital, custo de mudança, acesso aos canais de distribuição e da desvantagem de custo independente de escala), visto que as empresas com domínio de mercado não permitem que entrantes se arrisquem em um mercado dominado por poucos.

Este processo de desnacionalização, que de um jeito ou de outro é semelhante ao processo de desnacionalização argentino, trouxe um endividamento monstruoso para o País, pois se as fontes de renda que eram as unidades produtivas foram vendidas, incorporadas ou fechadas, a poupança nacional deixou de existir. O País comprometeu o PIB de muitos anos, logo, hoje não tem condições, a curto e médio prazos, de gerar crescimento e desenvolvimento, apoiados em tecnologia própria, assim como de implementar um mercado interno e de ter acesso ao mercado externo.

(ii) Análise da Visão Marxista – ciclos de expansão e retração

As crises Periódicas

Na visão de Marx, o capitalismo pela dupla antítese que sustenta (acumulação-concentração, de um lado, pauperização-proletarização, do outro) está sujeito a crises.

- Primeiramente, uma crise latente, uma vez que acarreta (pela capitalização excessiva) uma subconsumação operária constante.
- As crises periódicas, principalmente para as que Marx e Engels apresentaram, no mínimo, três espécies de explicações:
 - a. a primeira é a do decréscimo tendente do lucro. O capital constante (máquinas, etc) aumentando mais do que o capital variável (fundo de trabalho), a parte total da mais valia (que deriva da exploração do trabalho) diminuirá incessantemente. Para manter, apesar de tudo, seu lucro, os empresários produziram mais, tentando recuperar na quantidade. Onde, superprodução, crises, falências, com estas verificam-se um saneamento provisório da situação e uma nova partida; logo em seguida, nova superprodução, etc.
 - b. a segunda explicação está ligada ao dinamismo anárquico do regime capitalista. Este, na verdade, em sua busca insaciável de lucro, suscita contínuos progressos técnicos, desvalorizando antes do uso normal os antigos instrumentos de trabalho.
 - c. a terceira explicação, disseminada através de toda obra marxista, é a desordem dos mercados, imputável essencialmente à antinomia entre o caráter coletivo dos meios de produção (por grandes unidades técnicas, fábricas, etc) e o caráter privado de sua apropriação.

Logicamente que se o Brasil, nos dias de hoje, desnacionalizou seu modelo de acumulação, se endividou e, portanto, não tem poupança interna e não tem condições de contratar novos empréstimos junto aos organismos internacionais. Falar em ciclo de expansão e retração no Brasil seria utópico, visto que o País se encontra em recessão da qual dificilmente sairá no curto prazo. A nação precisaria mobilizar os três poderes, a

iniciativa privada (capital nacional e capital internacional) e a sociedade como um todo para viabilizar a quebra dessa inércia estrutural, buscando soluções que lhe permita reestruturar os modos de produção e distribuir os bens e serviços, objetivando um equilíbrio do acesso aos mesmos entre seus agentes sociais.

IV. Análise Comparativa entre os Modelos de Crescimento e Desenvolvimento dos Países Dominantes e dos Países Dominados

Como explicar que economias altamente sofisticadas como o caso do Japão, Coreia do Sul, Alemanha, França e Inglaterra fiquem em segundo plano na circulação de capital, bens e serviços, junto ao poder hegemônico dos Estados Unidos?

Como foi demonstrado anteriormente, o processo de dominação norte-americano começa a se apresentar a partir da primeira guerra mundial, se consolidando no final da segunda grande guerra, em 1945. A questão geopolítica norte-americana foi levada a contento no século passado, participando das duas grandes guerras e fixando bases militares nos diferentes continentes, tal qual havia feito a Inglaterra nos séculos anteriores. A questão geoeconômica complementa essa praxis militar norte-americana (a questão geopolítica) primeiramente com o Plano Marshall na Europa. Esta política militar e econômica se estende pelos outros continentes, especialmente na América Latina, onde nas décadas de sessenta e setenta, comanda uma série de golpes de Estado como forma de consolidar seu poderio econômico, ou seja, é a expansão horizontal do capital como Lênin já tinha assinalado.

Fica claro que potências econômicas como o Japão, a Coreia do Sul, a Alemanha, a França e a Inglaterra não possuem força geopolítica suficiente para impor seus interesses econômicos nos diferentes continentes do globo, coisa que a máquina militar norte-americana o faz com muito sucesso, como foi provado nos governos Clinton e Bush, que jogaram por terra a primazia da questão geoeconômica sobre a questão geopolítica.

E como explicar que países em desenvolvimento como o Brasil, Índia e China apresentem rendimentos diferenciados em seu crescimento e desenvolvimento social?

A China é um país com cerca de um bilhão e trezentos milhões habitantes, tem um PIB da ordem de US\$1,237 trilhão, sua produção industrial é de aproximadamente 15,2 %, a taxa de desemprego registrada é de 4,2% e o total de investimentos estrangeiros diretos (IED) é de 49,3 bilhões.

A Índia, por sua vez, tem uma população da ordem de novecentos milhões de habitantes, tem um PIB da ordem de US\$ 515 bilhões, sua produção industrial é de cerca de 7 %, a taxa de desemprego verificada é de 3,6% e o total de investimentos estrangeiros diretos (IED) é de 5 bilhões.

O Brasil é um país com aproximadamente 175 milhões de habitantes, tem um PIB da ordem de US\$ 452,3 bilhões, sua produção industrial é de cerca de 4,2 %, a taxa de desemprego registrada é de 12,9% e o total de investimentos estrangeiros diretos (IED) é de 16,57 bilhões.

Categoria	China	Índia	Brasil
População	1,300 bilhões	900 milhões	175 milhões
PIB em US\$	1,237 trilhão	515 bilhões	452,3 bilhões
Produção Industrial	15,2%	7%	4,2%
Taxa de Desemprego	4,2%	3,6%	12,9%
IED em US\$	49,3 bilhões	5 bilhões	16,57 bilhões

Fonte: Global Invest, Banco Mundial e Embaixada da Índia no Brasil. Jornal O Globo. 9 de novembro de 2003.

Como podemos observar no quadro acima, a China sobressai em seu crescimento e desenvolvimento social em relação ao Brasil. Este país, historicamente socialista, hoje se encontra em um projeto de abertura econômica para o capital e a tecnologia estrangeira como forma de acelerar seu crescimento técnico e econômico e a socialização dos bens e serviços. A China implementou o NEP (Nova Política Econômica) nos mesmos moldes de Lênin, no início da União Soviética, ressaltando logo que o momento histórico hoje é outro,

pois o nível de desenvolvimento do capitalismo internacional e da China é bem diferente do que acontecia naquela época, ou seja, quando a revolução bolchevique tomou o poder na Rússia atrasada e camponesa. O objetivo do governo chinês, que conserva a legislação socialista, porém, abrindo a entrada ao capital e tecnologia estrangeira, é comandar este processo de forma lúcida e contínua para evitar que aconteça com o país o que aconteceu com os países do terceiro mundo, como o Brasil, Argentina e México, que abriram mão de administrar suas economias e suas sociedades se encontram em um processo de pauperização e proletarização extremos, visto que a quantidade de desempregados continua aumentando e a desqualificação dos trabalhadores se agrava dia a dia. Nesses países a pauperização absoluta cada vez é mais gritante, pois de geração para geração a classe trabalhadora se encontra em condições sócio-econômicas e sócio-culturais cada vez mais degradantes e a pauperização relativa cada vez mais contundente, pois as rendas capitalistas se distanciam cada vez mais dos salários do trabalhador e a mídia completa este processo de pauperização, pois vende a falsa imagem de consumo, ao qual somente a burguesia tem acesso. Este tipo ou este instrumento de controle social, que é a venda de uma sociedade de consumo inatingível, acirra a violência entre as classes, pois a classe trabalhadora desempregada parte para atividades informais e ou criminosas como uma forma de ter acesso não só aos produtos de primeira necessidade, serviços básicos, como também ao mercado do luxo e da futilidade que a burguesia financia com a fome e a miséria dos estratos populares.

Outro aspecto que devemos lembrar, além do projeto industrial, sobre o qual falamos anteriormente, é a questão militar, a qual o Brasil renunciou. Portanto, a questão geopolítica essencial à geoeconômica se encontra em total estado de abandono.

A Índia, outro país populoso da Ásia, também tem um projeto industrial em desenvolvimento e um projeto militar dinâmico que lhe permite que seja respeitado na sua área de influência, como pode ser visto pelo conflito com o Paquistão. Estes países possuem a tecnologia nuclear de artefatos militares que lhes permitirá num futuro próximo que a questão geoeconômica seja implementada na sua área de influência, graças ao apoio logístico da geoestratégia.

Um fator complicador na Índia é o sistema de castas que impede a ascensão social, mas que, com certeza, a médio e longo prazos esse complicador social será resolvido pelo crescimento econômico e pela necessidade de equidade social.

O quadro acima nos mostra as diferenças da produção industrial entre o Brasil e a Índia, assim como a taxa de desemprego e os investimentos estrangeiros diretos, o que vem corroborar as colocações feitas na análise anterior entre esses dois países.

V. Conclusão

Para concluir esta breve análise sobre **os países em desenvolvimento com seu dilema entre a competitividade atrelada às empresas transnacionais e um projeto tecnológico e de mercado** lembramos que, através do texto, foram feitas algumas propostas dentro da realidade histórica dos países em desenvolvimento como forma de dar início ou reverter esta inércia estrutural imposta pelo poder geoeconômico e geopolítico dos países dominantes. A China, com todos os seus problemas de ordem populacional, de desemprego, miséria e corrupção, luta tenazmente para implementar políticas públicas para tentar reverter toda essa situação adversa pela qual está passando, pois fatores capitalistas, de um jeito ou de outro, concentram a riqueza como consequência do modelo de produção implementado pelo NEP em algumas regiões em detrimento de outras miseráveis e paupérrimas que se conservam ainda nesse estágio através de sua história. Para finalizar, países como o Brasil, Argentina e México devem observar com olhar lúcido e crítico o processo de crescimento e desenvolvimento iniciado no final da década de setenta na República Popular de Mao Tse Tung, como tenho certeza de que Cuba hoje está atenta às mudanças de cunho ideológico, sócio-econômico, sócio-político e militar nos países irmãos, nos diferentes continentes desse nosso sofrido e maltratado planeta.

VI. Bibliografia

1. ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de - Pequena História da Formação Social Brasileira, Edição Graal Ltda., Rio de Janeiro, 1981.
2. CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNON, Hector Perez – Os Métodos da História, Edições Graal Ltda., Rio de Janeiro, 1979.
3. CHEVALLIER, Jean-Jacques – As Grandes Obras Políticas de Maquiavel aos Nossos Dias, Livraria Agir Editora, 1976.
4. CORNEJO, Romer Alejandro – Las reformas económicas en China: alcances y retos, Comercio Exterior, Mexico, Julio de 1999, pp. 597-602.
5. FURTADO, Celso – Formação Econômica do Brasil, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1975.
6. HOBBSBAWN, Eric J. – A Era dos Extremos, Paz e Terra, 1999.
7. Jornal O Globo, Brasil, 9 de novembro de 2003, p. 42.
8. PIETRE, André – Marxismo, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1969.
9. PORTER, Michael E. – Estratégia Competitiva, Editora Campus, 1986.
10. JUNIOR, Caio Prado – História Econômica do Brasil, Editora Brasiliense, São Paulo, 1972.
11. QUIJANO, Anibal – A Formação de um Universo marginal nas Cidades da América Latina, Espaces et Sociétés, nº 3, julho de 1971, pp. 71-88.
12. SOUSA, Eligio de Mateo y – De la geopolítica a la geoeconomía, Comercio Exterior, Mexico, Octubre de 1993, pp. 974-978.
13. ZEITLIN, Irving – Ideología y Teoría Sociológica, Amorrortu Editores, Buenos Aires, 1973.

